

Clamor democrático: educação para todos

GILBERTO FREYRE

O clamor — Educação para Todos — não vem de um demagogo delirantemente verboso, e sim de um homem público e, ao mesmo tempo, intelectual, brasileiro, desde o seu madrugado de jovem refletidamente preocupado com os destinos nacionais. Notável pelo seu senso de responsabilidade cívica, o atual ministro da Educação, Marco Antônio Maciel, uma alta vocação de educador diferente dos convencionalmente apenas pedagógicos: sociológico.

Quando se diz "senso de responsabilidade cívica" diz-se um homem público que é um homem ético no seu modo, não só de falar, de discursar, de exprimir-se, mas de agir, de atuar, de influir. Ser homem ético é ser a negação do irresponsável quanto a valores. É ser um comprometido com a defesa e a promoção de valores.

Educação para Todos: Caminho para Mudanças é incisivo pronunciamento de um homem de governo que se identifica com o, para ele, "compromisso maior da Nova República, em resposta aos anseios nacionais". A saber: "A construção da democracia e a promoção do desenvolvimento com justiça". O que define, de modo mais claro, um homem responsabilmente ético.

Um homem responsabilmente ético, para quem a educação básica é "direito de todos os cidadãos e da plena responsabilidade da sociedade brasileira, que deverá alcançar sua universalização com a participação de todos os seus segmentos". Uma concepção democrática do que se deve entender por participação nacional no processo educativo em termos objetivos, sociologicamente objetivos.

A Constituição de 1946 caracterizou-se por um sentido social que vinha faltando a um Brasil apenas jurídico ou somente político no seu modo de ser Estado-Nação. Marcou o começo de nova época, na maneira nacionalmente brasileira de o Estado identificar-se com a Nação.

O pensador social que, em Marco Maciel, está sempre presente no desassombrado homem de ação, dá a esse sentido social uma complementação importante, quando salienta "um inalienável compromisso a que a nação brasileira não pode faltar: o de enfrentar o desafio de universalizar o acesso à escola" e, desse modo, "proporcionar um atendimento educativo em crescentes níveis de qualidade".

Deixo de incluir seu "vencer o analfabetismo", porque não sou dos que só vêem aspectos negativos: nos brasileiros analfabetos. Ao contrário, venho considerando vantajoso, para o Brasil, possuir, em analfabetos, quando inteligentes, intuitivos, espontâneos, uma reserva de portadores de sabedorias capazes de corrigirem excessos de saberes apenas livrescos. Mas isto é outra história, como diria Kipling, e não diminui a responsabilidade do Estado em dar acesso a escolas a brasileiros das mais diversas origens. Os brasileiros dessas origens diversas que, ao se alfabetizarem, não percam, quando de procedências iletradas, suas sabedorias espontâneas e intuitivas, sob o peso de uniformidades livrescas.

Quando o lúcido estadista, e não apenas político do tipo convencional, Marco Maciel, refere-se à

"descentralização dos processos de planejamento, execução e avaliação das ações educativas", creio que sua concepção da educação básica brasileira, como tendente a "resultar de um pacto entre o Estado e a sociedade", é objetivamente sociológica. Devendo, portanto, constituir, dinamicamente, "um projeto aberto à discussão e revisão permanentes". Daí, considera Maciel, importante a participação, nesse projeto aberto, de "todos os grupos sociais que possam concorrer com recursos políticos, humanos, técnicos e financeiros, à consecução dessa vontade nacional".

Por isso, revela-se um homem público, a quem não falta perspectiva sociológica dos problemas nacionais de educação.

Idoneamente sociológico — ou socioantropológico — revela-se Marco Maciel, ao destacar que a educação básica é necessária ao Brasil, que "extrapola limites da ação meramente escolar, e passa a compreender ações educativas para outros elementos da população brasileira, que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram alijados prematuramente". E mais: "nesse sentido, compreenderá também atendimento a toda a população jovem e adulta, não escolarizada pelo ensino regular".

Creio que, neste ponto, estamos talvez tão afins, mestre Marco Maciel e este seu convicto admirador, que se pode subentender da parte do atual e lúcido ministro da Educação? Admitir ele uma educação tão através da aculturação que pode tender a suprir, admitidas faltas ainda inevitáveis no nosso país, uma ortodoxamente literal alfabetização, o que corresponderia a uma urgência nacional, através de um processo, em vez de convencionalmente escolar, validamente aculturativo.

Não escapa a Marco Maciel uma fraqueza importante: no Brasil de hoje, que dificulta um processo eficientemente aculturativo, a "ausência de bibliotecas e materiais didáticos de pesquisa e de demonstração, sobretudo nas séries mais adiantadas e nas escolas de áreas mais pobres". Fraqueza que outro ilustre brasileiro de Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra, antecipou-se em superar, ao incumbir, como governador de Estado, o notável educador Antonio Carneiro Leão, de elaborar, em remotos dias da República Velha, uma reforma de ensino que fosse abrangente, em vez de apenas, e convencionalmente, pedagógica.

Essa reforma foi, talvez, a mais avançada das realizadas no Brasil. Mais do que a surgida em São Paulo com mestre Fernando de Azevedo e, em Minas Gerais, com Francisco Campos. Tão avançada que foi, para a sua época — o fim da década de vinte — Pós-Moderna. Lucidamente Pós-Moderna. Daí ter criado, no nosso país, o primeiro ensino de sociologia, acompanhado de pesquisa de campo, com professor e alunos indo ver de perto condições de "áreas mais pobres". Antecipação de métodos os mais abrangentes, de pesquisa social, em escolas normais. Daí ter cabido ao ensino normal, no Brasil, uma inovação que o colocou em situação de superioridade a ensinões, como o de direito, completamente abstrato e de gabinete.